



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

LEI COMPLEMENTAR Nº. 315 DE 30 DE JULHO DE 2007.

**DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS,
CARREIRA E VENCIMENTOS DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA – PB faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA E VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO ÚNICO DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal, nos termos da legislação vigente, observadas as peculiaridades do Município.

Art. 2º - A presente Lei, norteadas pelos princípios do dever do Estado para com a educação pública, gratuita e de qualidade para todos e da gestão democrática do ensino público, tem por finalidades:

- I - a valorização dos profissionais do magistério público;
- II - o estímulo ao trabalho em sala de aula;
- III – a melhoria do padrão de qualidade do ensino público municipal.

Art. 3º - A valorização dos profissionais do magistério público será assegurada pela garantia de:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - vencimento básico;

IV - remuneração condigna dos profissionais em efetivo exercício no magistério público municipal;

V - progressão funcional baseada na avaliação do desempenho e capacitação e/ou na titulação e no tempo de serviço;

VI - período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária de trabalho;

VII - condições adequadas de trabalho.

Art. 4º - A melhoria do padrão de qualidade do ensino público municipal será buscada pela garantia dos insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, bem como pelo estabelecimento da relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária, os demais profissionais do magistério e as condições materiais da unidade escolar; segundo parâmetros definidos pelo sistema municipal de ensino à vista das condições disponíveis e das peculiaridades do Município.

TÍTULO II

DO PLANO DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º - O presente Plano dispõe sobre os aspectos gerais do Magistério Público Municipal de Santa Terezinha e sobre seus direitos e obrigações.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

D I Á R I O O F I C I A L

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 6º - O Regime Jurídico do pessoal do Magistério Municipal é o estatutário, de acordo com o regime jurídico dos servidores municipais, Lei Municipal nº 19 de 29 de agosto de 1997.

Art. 7º - Para efeito desta Lei, consideram-se:

I - Magistério Público Municipal – conjunto de profissionais em educação que exercem atividades de docência; os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, assim consideradas as de direção ou administração escolar, de inspeção, de supervisão e de orientação educacional, e os que oferecem atividades de apoio pedagógico, assim consideradas as de orientação psicopedagógica e as de orientação escola/comunidade.

II - Professor – profissional do magistério que exerce atividades docentes.

III - Cargo do Magistério – conjunto de atribuições e responsabilidades, previstas nesta Lei para o profissional do magistério, com denominação própria e vencimento para provimento em caráter efetivo.

IV - Quadro do Magistério – conjunto de cargos e funções, sob a responsabilidade dos profissionais do magistério municipal.

V - Função – atividade desempenhada pelos profissionais do magistério diretamente ligados ao funcionamento do Sistema Municipal de Ensino e ao aperfeiçoamento da educação.

VI - Sistema Municipal de Ensino – compreende toda a organização escolar do município, constituída pela Secretaria de Educação, os Conselhos a ela ligados e as unidades de ensino mantidas pela Prefeitura.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS

Art. 8º - São direitos dos profissionais do magistério:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

I - remuneração de acordo com a titulação, a habilitação e o regime de trabalho, conforme o estabelecido nesta Lei, independente do nível, série ou ciclo e modalidade de ensino que atuem;

II - escolher e aplicar os processos didáticos e as formas de avaliação de aprendizagem, observadas as diretrizes do Sistema de Ensino;

III - disposição, no ambiente de trabalho, de instalações e material didático suficiente e adequado ao desempenho de suas funções;

IV - participar na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

V - ter assegurada o direito de frequentar cursos de formação, atualização e especialização profissional de acordo com as possibilidades e com o maior aproveitamento para o interesse público;

VI – receber, através dos serviços especializados de educação, assistência ao exercício profissional;

VII - participação no processo democrático de gestão escolar;

VIII - progressão funcional baseada no tempo de serviço, na avaliação de desempenho, na capacitação e na titulação.

CAPÍTULO III DAS FÉRIAS

Art. 9º - Fica garantido aos profissionais do magistério o direito ao gozo de férias anuais, remuneradas com um terço a mais do que a remuneração mensal, pago no mês de janeiro de cada ano, por:

I - 30 (trinta) dias para o professor em efetivo exercício da docência nos estabelecimentos de ensino, mais 15 (quinze) dias de recesso;

II - 30 (trinta) dias para os demais profissionais da carreira do magistério.

§ 1º - Os ocupantes dos cargos do magistério, à exceção de diretor e diretor-adjunto, gozarão férias durante as férias escolares ou de acordo com as conveniências do Sistema Municipal de Ensino.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

§ 2º - Os ocupantes dos cargos de diretor e diretor-adjunto de estabelecimento de ensino poderão gozar férias durante o período letivo, obedecendo escala estabelecida pela Secretaria de Educação.

§ 3º - É vedada a acumulação de férias anuais.

CAPÍTULO IV DAS LICENÇAS

Art. 10 – Além das licenças estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, poderão ser concedidas ao profissional do magistério licença para:

I - freqüentar cursos de formação ou capacitação profissional;

II - participar de congressos, simpósios e demais encontros técnicos ou científicos, relacionados à sua área de atuação no Sistema Municipal de Ensino;

III - participar de congressos e eventos similares, de natureza profissional ou sindical, para os quais houver sido indicado pela categoria ou pela entidade sindical.

Parágrafo Único - A liberação mencionada nos incisos I, II e III deste Artigo, dependerá sempre das conveniências do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 11 – A licença para freqüentar cursos de formação poderá ser concedida:

I - para cursos de especialização, por um prazo máximo de 01 (um) ano;

II - para cursos de mestrado, por um prazo máximo de 02 (dois) anos;

III - para cursos de doutorado, por um prazo máximo de 03 (três) anos.

§ 1º - A licença de que trata este Artigo somente será concedida quando houver relação do curso com sua área de atuação no Sistema Municipal de Ensino e consultar o interesse público.

§ 2º - A concessão da licença para freqüentar cursos priorizará as áreas em que houver maior carência de profissionais habilitados ou menor índice de qualificação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 12 - A concessão da licença para freqüentar cursos de formação importa no compromisso de o profissional, ao seu retorno, permanecer, obrigatoriamente, no magistério público municipal, por tempo igual ao da licença, sob pena do ressarcimento das despesas efetuadas.

Parágrafo Único - Qualquer outra licença, exceto para tratamento de saúde e licença gestante, também só será concedida após o tempo referido no caput deste Artigo.

Art. 13 - A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do profissional do magistério de suas funções, sem prejuízo de sua remuneração, assegurada a efetividade para todos os efeitos da carreira.

Art. 14 - Depois de três anos de efetivo exercício no serviço público municipal, poderá o profissional obter licença para tratar de interesse particular, sem remuneração.

§ 1º - O profissional do magistério deverá guardar em exercício a concessão da licença, salvo em caso de imperiosa necessidade, devidamente comprovada, considerando-se com faltas não justificadas os dias de ausência, se licença for negada.

§ 2º - A licença para tratar de interesse particular não poderá exceder a dois anos, só podendo ser concedida nova licença depois de decorridos dois anos do término e/ou da interrupção da anterior.

§ 3º - Durante a licença de que trata o caput deste Artigo, o profissional do magistério não contará tempo de serviço para qualquer efeito.

§ 4º - Será concedida licença aos profissionais do magistério, até o número de dois, para desempenho de mandato classista em sindicato, federação, confederação, durante toda vigência do mandato sindical, sem prejuízo dos seus vencimentos.

Art. 15 - Poderá ser concedida licença sem vencimentos ao profissional do magistério para acompanhamento do seu cônjuge ou companheiro, quando esse for designado para o exercício de funções fora do município.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

D I Á R I O O F I C I A L

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

§ 1º - A licença será concedida mediante requerimento devidamente instruído e vigorará pelo tempo que durar o afastamento do cônjuge, observado o disposto no artigo seguinte, devendo ser renovada de dois em dois anos.

§ 2º - Durante a licença de que trata este artigo, o profissional do magistério não contará tempo de serviço para qualquer efeito.

Art. 16 – Cessado o motivo da licença, ou não requerida documentalmente sua renovação, o profissional do magistério deverá reassumir o exercício dentro de 30 (trinta) dias, a partir dos quais a sua ausência será computada como falta ao serviço.

Art. 17 - Cedência é o ato através do qual o chefe do Poder Executivo Municipal coloca o profissional do magistério, com ou sem remuneração, à disposição de entidade ou órgão que exercer atividade no campo educacional sem vinculação administrativa à Secretaria de Educação.

§ 1º - A cedência poderá ser efetuada através de convênio.

§ 2º - A Prefeitura Municipal poderá solicitar compensação a entidade ou órgão que requerer a cedência, quando o profissional do magistério for cedido com remuneração.

§ 3º - A cedência para outras funções fora do Sistema de Ensino só será admitida sem ônus para o sistema de origem do integrante da carreira do magistério, salvo em casos previstos pela legislação vigente.

Art. 18 - A cedência será concedida pelo prazo máximo de 01 (um) ano, sendo renovável se assim convier às partes interessadas.

Art. 19 - Quando cedido a Instituições Educacionais Públicas, Comunitárias, Sindical, Confessionais ou Filantrópicas, através de convênio, o profissional do magistério fará jus a todos os direitos e vantagens assegurados no sistema de origem.

Art. 20 - O profissional do magistério quando cedido, perde designação, continuando lotado na Secretaria de Educação.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Parágrafo Único – Terminado o prazo de cedência, o profissional do magistério será designado para unidade escolar ou órgão.

CAPÍTULO V DOS DEVERES

Art. 21 - O profissional do magistério tem o dever de considerar a relevância social de suas atribuições, mantendo conduta adequada à dignidade profissional, em razão do que deverá:

- I - conhecer e respeitar esta Lei;
- II - preservar os princípios, ideais e fins da educação nacional;
- III - utilizar processos didáticos-pedagógicos acompanhando o progresso científico da educação e sugerir medidas para o aperfeiçoamento dos serviços educacionais;
- IV - elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- V - freqüentar cursos planejados pela Secretaria de Educação, destinados à formação, atualização ou aperfeiçoamento;
- VI - comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando tarefas com eficiência, zelo e presteza;
- VII - manifestar-se solidário, cooperando com a comunidade escolar e a da localidade, sempre que a situação o exigir;
- VIII - apresentar atitudes de respeito e consideração para com os superiores hierárquicos e tratar com urbanidade os colegas e os usuários dos serviços educacionais;
- IX - comunicar à autoridade imediata as irregularidades de que tiver conhecimento na sua área de atuação ou às autoridades superiores, no caso de aquela não considerar a comunicação;
- X - ministrar os dias letivos e horas-aula, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- XI - zelar pela conservação do patrimônio municipal confiado à sua guarda e uso;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

XII - zelar pela defesa dos direitos profissionais e pela dignidade da classe;

XIII - guardar sigilo profissional;

XIV - zelar pela aprendizagem dos alunos;

XV - colaborar no desenvolvimento de estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

XVI - colaborar com as atividades de articulação entre escola, família e comunidade.

Art. 22 - Os ocupantes dos cargos de diretor e diretor-adjunto desempenham a função de direção de estabelecimento de ensino, com as seguintes obrigações:

I - participar da elaboração, execução e avaliação da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, propondo alterações necessárias ao melhor ajustamento dessa proposta à realidade local;

II - administrar os recursos materiais e financeiros do estabelecimento de ensino, segundo princípios e normas da gestão democrática, definidos na regulamentação do Sistema Municipal de Ensino;

III - zelar pelo cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos;

IV - coordenar e acompanhar o trabalho dos diversos profissionais que atuam no estabelecimento de ensino;

V - zelar pela conservação e melhoria das instalações físicas e dos equipamentos do estabelecimento de ensino;

VI - desenvolver ações de articulação com a Secretaria de Educação;

VII – coordenar as ações de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Parágrafo Único – Os ocupantes do cargo de diretor e diretor-adjunto que faltarem, sem a devida justificativa, às reuniões e encontros agendados para interesse das unidades escolares serão passíveis de registro de faltas em suas fichas funcionais.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

TÍTULO III DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS

Art. 23 – A carreira do Magistério Público Municipal tem como princípios básicos:

I - profissionalização, entendida como dedicação ao magistério, compreendendo qualidades pessoais, formação adequada e atualização constante;

II – remuneração condigna, respeitando o regime e as condições de trabalho;

III - progressão na carreira, mediante promoções;

IV - valorização da qualificação, decorrente de cursos específicos para as tarefas desenvolvidas;

V - desempenho no trabalho, mediante avaliação segundo parâmetros de qualidade do exercício profissional;

VI – progressão baseada no tempo de serviço e capacitação.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 24 - A carreira do Magistério Público Municipal é constituída por cargos estruturados em níveis, desdobradas em classes e agrupadas em matrizes.

Art. 25 - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Carreira – forma de evolução profissional no sentido horizontal e vertical, implicando em diferenciação salarial;

II - Nível – é o conjunto de cargos da mesma profissão ou atividade para o exercício da docência e/ou áreas de apoio e suporte pedagógico;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

III - Classe – faixas salariais do mesmo nível, que têm como função diferenciar os profissionais pelos atributos pessoais e profissionais;

IV - Progressão – promoção na carreira do magistério, baseada na avaliação do desempenho, na capacitação profissional, na titulação e no tempo de serviço;

V - Matriz – é o conjunto de níveis seqüenciais e classes, segundo a formação, habilitação, titulação e qualificação profissional.

CAPÍTULO III

DO INGRESSO NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO

Art. 26 - Os cargos do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em Lei, assim como aos estrangeiros na forma da Lei.

Art. 27 - O ingresso no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos.

Art. 28 - Constituem requisitos de habilitação para o ingresso no Magistério Público Municipal, os constantes no Anexo VII desta Lei.

Art. 29 - A realização do concurso público para preenchimento das vagas no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal cabe à Secretaria de Administração articulada com a Secretaria de Educação.

§ 1º - O concurso público de que trata este Artigo será realizado de acordo com as normas do edital que poderá distribuir as vagas por localidades no Município ou em unidades escolares.

§ 2º - A validade do concurso será de dois anos, a partir da data da publicação da homologação dos resultados finais, admitida a prorrogação por até dois anos, através de Ato do Executivo Municipal.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 30 - Constituem exigências para inscrição no concurso público para ingresso na carreira do magistério:

- I - ser brasileiro ou estrangeiro de acordo com ditames da Lei Nacional;
- II - ter idade superior a 18 (dezoito) e inferior a 70 (setenta) anos;
- III - estar em dia com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - ter habilitação específica para o exercício do cargo.

CAPÍTULO IV

DA ADMISSÃO, DESIGNAÇÃO E EXERCÍCIO

Art. 31 - A nomeação para os cargos de provimento efetivo da carreira do magistério compete ao chefe do Poder Executivo Municipal, observado a ordem de classificação obtida no concurso público de provas e títulos e a comprovação da habilitação profissional exigida para o cargo.

Art. 32 – Os profissionais do magistério, uma vez admitidos, serão lotados na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 33 - Somente poderá ser admitido o profissional que gozar de boas condições de saúde, comprovada em inspeção realizada por órgão médico oficial.

Art. 34 - O titular da Secretaria de Educação e Cultura designará o profissional do magistério para a unidade ou o órgão onde deverá ter exercício, de acordo com os horários e necessidades do Sistema Municipal de Ensino.

§ 1º - A designação poderá ser alterada a pedido do interessado, respeitado prioritariamente os interesses públicos ou necessidade do Sistema Municipal de Ensino.

§ 2º - A alteração da designação se processará em época de férias escolares, salvo o interesse do Sistema de Ensino.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFETURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 35 - O profissional do magistério deverá entrar no exercício da função dentro de trinta dias da nomeação.

Parágrafo Único – O profissional de magistério, admitido para o ingresso no grupo Magistério cumprirá estágio probatório de três anos.

Art. 36 - Compete ao Prefeito Municipal ou ao titular da Secretaria de Educação a nomeação de profissional do magistério para os cargos de diretor e de diretor-adjunto de estabelecimento de Ensino Fundamental.

§ 1º - O mesmo dispositivo se aplica para o cargo de diretor de unidade de Educação Infantil.

§ 2º - Apenas será nomeado, para qualquer dos cargos de que trata este Artigo, o profissional do magistério que:

- a) ocupe cargo de Carreira do Magistério Municipal;
- b) apresente a formação obtida em curso de graduação ou em nível de pós-graduação;
- c) que esteja lotado na Secretaria Municipal de Educação há no mínimo 03 (três) anos.

Art. 37 - O cargo de diretor-adjunto é exercido pro profissional no efetivo exercício do magistério, exclusivamente para a coordenação de unidade escolar com o funcionamento no turno da noite com o mínimo de duas turmas desde que também funcione nos dois turnos diurnos.

CAPÍTULO V DO REGIME DE TRABALHO

Art. 38 - O regime de trabalho do professor de 1ª a 4ª séries ou ciclo equivalente do Ensino Fundamental será de 25 (vinte e cinco) horas semanais, cumpridas em



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

unidade escolar, sendo 20 (vinte) horas-aula em regência de classe e 05 (cinco) horas-aula em outras atividades.

Parágrafo Único - O regime de que trata o caput deste Artigo, representa jornada básica de trabalho do profissional do magistério.

Art. 39 - O professor com atuação na 1ª a 4ª séries ou ciclo equivalente do Ensino Fundamental poderá ser convocado para cumprir jornada de trabalho, em dois turnos, como período facultativo.

Parágrafo Único - Este dispositivo poderá ser, também, aplicado ao professor de Educação Infantil.

Art. 40 - Os professores com atuação de 5ª a 8ª séries ou ciclo equivalente do Ensino Fundamental, e do Ensino Médio, ingressam na carreira submetidos a uma jornada de trabalho de 20 (vinte) horas-aula e de 05 (cinco) horas de atividades.

Art. 41 - No interesse do Sistema de Ensino, os docentes atuantes de 5ª a 8ª série ou ciclo equivalente, poderão ser convocados para uma jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, onde se influem 30 (trinta) horas-aula e 10 (dez) horas de atividades.

Parágrafo Único - O regime de trabalho de que trata o caput deste Artigo representa jornada alternativa.

Art. 42 - Jornada de trabalho maior que a estabelecida para a categoria, implica em remuneração diferenciada, calculada em razão da hora de efetivo trabalho em sala de aula e em atividades.

Art. 43 - Os professores de Educação Infantil reger-se-ão, no que couber, pelos critérios do Regime de Trabalho dos professores do Ensino Fundamental.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 44 - O mesmo Regime de Trabalho se aplica aos demais profissionais do magistério, nos termos desta Lei.

Art. 45 - A jornada de trabalho do ocupante do cargo de diretor é de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único - O mesmo dispositivo do caput deste Artigo se aplica aos ocupantes do cargo de diretor de unidade de Educação Infantil.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DA CARREIRA

Art. 46 - São cargos de provimento efetivo os de Professor de Educação Infantil 1, de Professor da Educação Infantil 2, de Professor da Educação Básica 1, de Professor da Educação Básica 2, de Professor da Educação Básica 3, de Supervisor Educacional, de Orientador Educacional, de Psicólogo Educacional, de Administrador Escolar e de Assistente Social Educacional, discriminados no Anexo I, desta Lei, com os respectivos números de vagas.

§ 1º - Os cargos de professor da Educação Infantil 1 e 2 correspondem ao exercício da docência na Educação Infantil.

§ 2º - Os cargos de professor da Educação Básica 1 e 2 correspondem ao exercício da docência nas séries ou ciclos iniciais do Ensino Fundamental.

§ 3º - O cargo de professor da Educação Básica 3, corresponde ao exercício da docência das séries ou ciclos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Art. 47 - O Grupo Ocupacional do magistério será distribuído em 05 (cinco) níveis, designados pelos numerais I, II, III, IV e V, dispostos em matrizes, às quais estão associados critérios de habilitação ou qualificação profissional e tempo de serviço.

Parágrafo Único - Cada nível compreende 03 (três) classes designadas pelas letras A, B e C.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFETURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

D I Á R I O O F I C I A L

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 48 - O valor do vencimento básico, bem como a variação entre níveis e classes constam do ANEXO III desta Lei.

Art. 49 - O número de Funções Gratificadas no Quadro do Magistério Municipal consta do ANEXO IV desta Lei.

CAPÍTULO VII DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

Art. 50 - A progressão na carreira do Magistério Público poderá ocorrer mediante:

I - A progressão horizontal – Passagem do servidor de uma classe para a seguinte, dentro de um mesmo nível, obedecendo aos critérios específicos para a avaliação do desempenho, capacitação e do tempo de efetiva permanência no nível.

II - A progressão vertical – Passagem do servidor de um nível para o imediatamente superior, obedecendo aos critérios de desempenho e de tempo de serviço, observado para o desempenho, o cumprimento da exigência de participação em programas de desenvolvimento para a carreira, assegurados pelo Município ou instituições credenciadas.

III - Progressão pro Elevação de Nível Profissional – Passagem do Servidor de uma matriz para outra, conforme a exigência de titulação independentemente do nível onde se encontra.

DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 51 - A Progressão Horizontal ocorrerá, após o cumprimento do estágio probatório, para o servidor que se encontrar no nível inicial ou em nível intermediário de sua carreira, desde que cumpra o interstício de 03 (três) anos e esteja entre os 30% (trinta por cento) do contingente habilitado por ordem de classificação no processo de avaliação do desempenho e capacitação, efetuado na Rede Municipal de Ensino, ao final do ano letivo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

§ 1º - O servidor concorrerá à progressão horizontal quando, atendidos os preceitos previstos no caput deste Artigo, obtiver, no mínimo, 70% (setenta por cento) da pontuação máxima definida no processo de avaliação de desempenho e capacitação.

§ 2º - A Progressão Horizontal deverá observar a ordem seqüencial de disposição das classes, vedada a ascensão para outra classe que não a imediatamente superior.

DA PROGRESSÃO VERTICAL

Art. 52 – A Progressão Vertical dar-se-á:

I - Por desempenho e capacitação;

II - Por tempo de serviço e capacitação.

Art. 53 – A Progressão Vertical por desempenho e capacitação ocorrerá para o servidor que esteja na última classe de sua série de níveis, desde que cumpra o interstício de 03 (três) anos e esteja entre os 30% (trinta por cento) do contingente habilitado por ordem de classificação no processo de avaliação de desempenho e capacitação efetuado na rede municipal de ensino, ao final do ano letivo.

§ 1º - O servidor concorrerá à Progressão Vertical por desempenho e capacitação quando atendidos os preceitos previstos no caput deste Artigo, e obtiver, no mínimo, 70% (setenta por cento) da pontuação máxima definida no processo de avaliação de desempenho e capacitação.

§ 2º - Os critérios de avaliação por desempenho e capacitação serão definidos por Decreto no prazo de 90 (noventa) dias a partir da entrada em vigor da presente Lei.

Art. 54 - A Progressão Vertical por tempo de serviço e capacitação será atribuída ao servidor que permanecer por 10 (dez) anos de efetivo exercício no mesmo nível e obtiver, no mínimo, 70% (setenta por cento) da pontuação máxima definida no processo de avaliação de desempenho e capacitação, passando para a classe A do nível imediatamente superior.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 55 - A Progressão por titulação ocorrerá, após o cumprimento do estágio probatório, a qualquer tempo, para o servidor que adquirir graduação ou titulação na área objeto de seu trabalho, consoante o disposto no Anexo III desta Lei.

Art. 56 - Os cursos de pós-graduação lato-sensu e stricto-sensu, para fins previstos nesta Lei, realizados pelos servidores do Grupo Ocupacional do Magistério somente serão considerados para fins de progressão se tiverem relação direta com a atividade desempenhada pelo servidor no Sistema Municipal de Ensino, forem ministrados por instituições reconhecidas pelos órgãos competentes e, quando realizada no exterior, se forem revalidados por instituição brasileira, credenciada para este fim.

Art. 57 - Os atuais ocupantes dos cargos do Magistério Público Municipal serão aproveitados de acordo com sua titulação, habilitação e tempo de serviço, conforme Anexo VII desta Lei.

Art. 58 - Perderá o direito à promoção o profissional que tiver:

I – mais de 05 (cinco) faltas não justificadas no período de permanência do seu aproveitamento;

II – recebido advertência escrita ou cumprido pena de suspensão resultante de processo administrativo;

III – cedência para cargo que represente desvio da função docente, exceto nos casos previstos em Lei.

Art. 59 - A apuração dos requisitos previstos no Artigo anterior refere-se ao período em que o profissional do magistério se encontra em exercício na classe.

Art. 60 - Para todos os efeitos, será considerado promovido o profissional aposentado ou que vier a falecer sem que tenha sido efetivada a promoção que lhe couber.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 61 - A progressão dos ocupantes dos cargos dos profissionais que dão suporte a atividade de docência ocorrerá nas mesmas condições previstas para o professor e de acordo com a natureza do seu trabalho.

Parágrafo Único – Aos profissionais do magistério a que se refere o caput deste artigo, são aplicados os requisitos previstos para os professores nos Artigos 51 a 61 desta Lei, em função da sua progressão.

TÍTULO IV

CAPÍTULO I

DA REMUNERAÇÃO E VANTAGENS

Art. 62 - A remuneração dos profissionais do magistério é composta pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias, nos termos da legislação vigente.

Art. 63 - Vencimento básico dos profissionais da educação para a jornada básica de 25(vinte e cinco) horas é fixado para a Classe A, do nível I da carreira do magistério, conforme Anexo III desta Lei, desde que não haja redução de salários e que seja aplicado os aumentos e demais vantagens em cima dos salários existentes atualmente.

Parágrafo Único – Na jornada diferenciada, as horas excedentes à jornada básica serão pagas na forma de gratificação por hora-aula (GHA).

Art. 64 – Constituem vantagens pecuniárias para os profissionais do magistério, sem prejuízo de outras atribuídas aos demais servidores públicos municipais, desde que repassados recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - além dos que se obriga o Município, nos termos da Lei 9424, de 24 de dezembro de 1996.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 65 – Aos professores em efetivo exercício em sala de aula da rede municipal, para a jornada básica de trabalho, será concedida a Gratificação de Estimulo à Docência (GED), de 12% (doze por cento), calculado sobre o valor do vencimento correspondente ao Grupo Ocupacional que pertence o servidor.

Parágrafo Único – Quando o professor desenvolver suas atividades numa jornada inferior a básica, a GED será reduzida na mesma razão da redução de horas-aula.

Art. 66 - Professor de Educação Infantil convocado para cumprir jornada de trabalho de dois turnos, sendo um deles para atividades recreativas perceberá o Adicional de Atividades de Recreação (AAR), de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o valor do vencimento da Classe A, do nível I, de professor da Educação Infantil I, na jornada facultativa de trabalho.

Parágrafo Único – A jornada de trabalho a que se refere este Artigo é facultativa.

Art. 67 - Integram o Quadro Especial, na ocasião da implantação deste Plano de Carreira, os profissionais do magistério concursados e não habilitados.

§ 1º - Consideram-se profissionais do magistério concursados e não habilitados, aqueles que ingressaram por concurso público no quadro de servidores do Município sem exigência mínima de qualificação em curso técnico - nível pedagógico - ou equivalente.

§ 2º - Aos profissionais do magistério pertencentes ao Quadro Especial, com duração até o ano 2008, será assegurado vencimento equivalente ao valor do vencimento da Classe A, no nível I, sem direito a progressão funcional.

Art. 68 - O preenchimento das vagas existentes no Quadro, somente demonstrada a real necessidade do sistema e previamente autorizada pelo chefe do Executivo.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 69 - Os ocupantes dos cargos de diretor e diretor-adjunto das Unidades Escolares do Ensino Fundamental e das Unidades de Educação Infantil não terão direito a GED.

Art. 70 - Os profissionais afastados por motivo de saúde, acometidos de doenças codificadas com CID I-10, I-15, I-20, I-25, I-60, I-69, C-00, C-97, V-34, além de outras CID's, desde que também atestadas pela Junta Médica do Município, comprovada a incapacidade plena do servidor para o exercício das atividades inerentes ao cargo, bem como aqueles em readaptação de função pelo mesmo motivo, continuarão recebendo as gratificações mencionada no artigo 65 a que vinham fazendo jus.

Parágrafo Único – O afastamento por motivo de saúde ou a readaptação de função devem ser atestados pelo serviço médico municipal autorizado.

CAPÍTULO II DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Art. 71 - Os profissionais do magistério designados para o exercício da função de diretor da Unidade Escolar (DE) terão direito a uma Gratificação de Função (GF), de acordo com os seguintes critérios:

I – DE-1 - Diretor Escolar com exercício em Unidade Escolar com até 200 (duzentos) alunos, gratificação de 40% (quarenta por cento) do salário base da classe e o nível a que pertencer;

II – DE-2 - Diretor Escolar com exercício em Unidade Escolar com mais de 200 (duzentos) alunos, gratificação de 50% (cinquenta por cento) do salário base da classe e o nível a que pertencer.

Art. 72 - Os diretores escolares só farão jus a GF, prevista neste Artigo, quando no cumprimento de carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, enquanto os Diretores Escolares Adjuntos estão obrigados a uma carga horária de 20 (vinte) horas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Parágrafo Único – Os diretores escolares adjuntos perceberão Gratificação de Função no valor de 20% (vinte por cento) do salário base da classe e o nível a que pertencer.

Art. 73 - Os profissionais do magistério que oferecem suporte pedagógico direto às atividades de docência, nas funções de supervisão e orientação e os que oferecem atividades de apoio pedagógico, assim consideradas as de orientações psicopedagógicas e as de orientação escola/comunidade, farão jus a uma Gratificação de Função (GF), de acordo com a natureza de seu trabalho e conforme os seguintes critérios:

I - GF-SE, destinada à supervisão Educacional;

II - GF-OE, destinada à orientação Educacional;

II - GF-PE, destinada à orientação Psicopedagógicas;

II - GF-AE, destinada à orientação assistencial escola/comunidade;

Parágrafo Único – A GF, prevista neste Artigo, terá o valor de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o valor do vencimento correspondente ao Grupo Ocupacional que pertence o servidor, constante do Anexo VI.

Art. 74 - A GF prevista no Artigo anterior só se aplica aos profissionais no cumprimento de uma carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Art. 75 - O exercício das Funções Gratificadas é privativo dos ocupantes do Quadro do Magistério.

Art. 76 - Farão jus a uma gratificação denominada Gratificação de Acesso Difícil - GAD, aqueles profissionais do magistério que trabalharem em escolas da zona rural consideradas de difícil acesso.

Parágrafo Único – Para ser considerado de acesso difícil, a escola deve ser localizada a mais de 01 (um) quilômetro de distância da residência do profissional do magistério e não haver transporte escolar ligando essa região, neste itinerário e em horário



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

conveniente. Também não farão jus a esta gratificação, os professores que se locomovam de outras cidades a escola na qual lecionem e fiquem as margens da rodovia que liga a sua cidade à sede do município, e quando assim ocorrer, o difícil acesso será contado da sede do município à escola.

Art. 77 - A GAD prevista no Artigo anterior será concedida por solicitação do interessado, após parecer da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo que o valor é de R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos) por quilômetro rodado.

Parágrafo Único – A gratificação será paga por ocasião do pagamento dos vencimentos e constará do contra-cheque do servidor que tem direito a esta gratificação.

Art. 78 - As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente da Secretaria de Educação.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 79 - Quando posto à disposição de atividades de apoio à docência na Secretaria de Educação, o profissional do magistério continua com direito às vantagens previstas nesta Lei.

§ 1º - Os que não preencherem os requisitos da titulação exigida, terão assegurado os direitos da situação em que foram admitidos, constituindo Quadro Especial que se extinguirá até 1º de janeiro de 2009.

§ 2º - Obtida a titulação, poderão requerer o seu aproveitamento na Classe correspondente à habilitação que possuir.

Art. 80 - Os profissionais estáveis e não estáveis comporão o Quadro Suplementar, discriminado no anexo II-B, desta Lei..



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

§ 1º - Os ocupantes de o Quadro Suplementar, portador da qualificação requerida para o exercício das suas funções de magistério receberão um salário correspondente ao valor estabelecido na tabela de vencimento dos profissionais da educação, para o grupo ocupacional I-A, correspondente a sua titulação, do cargo relativo ao seu nível de atuação sem direito a qualquer forma de progressão.

§ 2º - Os cargos do Quadro Suplementar serão extintos quando ocorrer o desligamento do seu titular, por aproveitamento, aposentadoria, exoneração ou falecimento.

§ 3º - Aos ocupantes do Quadro Suplementar serão assegurados os mesmos direitos das situações em que foram admitidos, naquilo que não colidir com a Lei.

Art. 81 - O ingresso, no Quadro do Magistério, do integrante do Quadro Suplementar dar-se-á exclusivamente pela aprovação em concurso público de provas e títulos.

Art. 82 - A Secretaria de Educação estimulará os profissionais da educação sem a formação prescrita na Lei 9.394/96 (LDB) a buscarem a habilitação profissional, a fim de que possam atingir gradativamente a qualificação exigida para o exercício do magistério.

Art. 83 – Ocorrendo imperiosa necessidade de serviço, por aumento da demanda de vagas nas escolas, concessão de licença a gestante ou qualquer outro tipo de afastamento de professores, poderão ser contratados docentes em caráter temporário, denominados professores-substitutos.

§ 1º - Os professores de que trata este Artigo não poderão ser contratados pelo período superior a um ano e sua admissão se fará mediante seleção a critério da Secretaria de Educação.

§ 2º - Os professores substitutos deverão ser habilitados conforme os critérios estabelecidos na Lei 9.394/96.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DIÁRIO OFICIAL

LEI MUNICIPAL Nº. 004/97 DE 06/03/97

EDIÇÃO Nº. 07

DATA: 30/06/2007

Art. 84 - Todas as vantagens decorrentes do aproveitamento dos membros do Magistério Público Municipal terão efeito a contar da data do seu deferimento, devendo o mesmo ocorrer, no máximo, em 60 (sessenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 85 - Aos profissionais do magistério fica assegurada a irredutibilidade de vencimentos.

Parágrafo Único – Que todos os aumentos e gratificações que venham a ser concedidas pelo poder público municipal devem ser em cima dos vencimento da tabela do Anexo III.

Art. 86 – Fica assegurado a todos os profissionais do magistério admitidos até 04 de outubro de 1983 (estáveis) e no período de 05 de outubro de 1983 a 05 de outubro de 1988 (instáveis), fica assegurado o direito aos mesmos percentuais de reajuste salarial concedidos aos servidores concursados.

Art. 87 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de julho do corrente ano.

Art. 88 – Ressalvados os direitos adquiridos, revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 027/1998, de 30 de junho de 1998 e a Lei Municipal 304/2006 de 05 de julho de 2006.

GABINETE DO PREFEITO CONSTITUCIONAL DE SANTA TEREZINHA-PB, 30 de junho de 2007.

Dr. Rui Nóbrega de Pontes
Prefeito Constitucional